

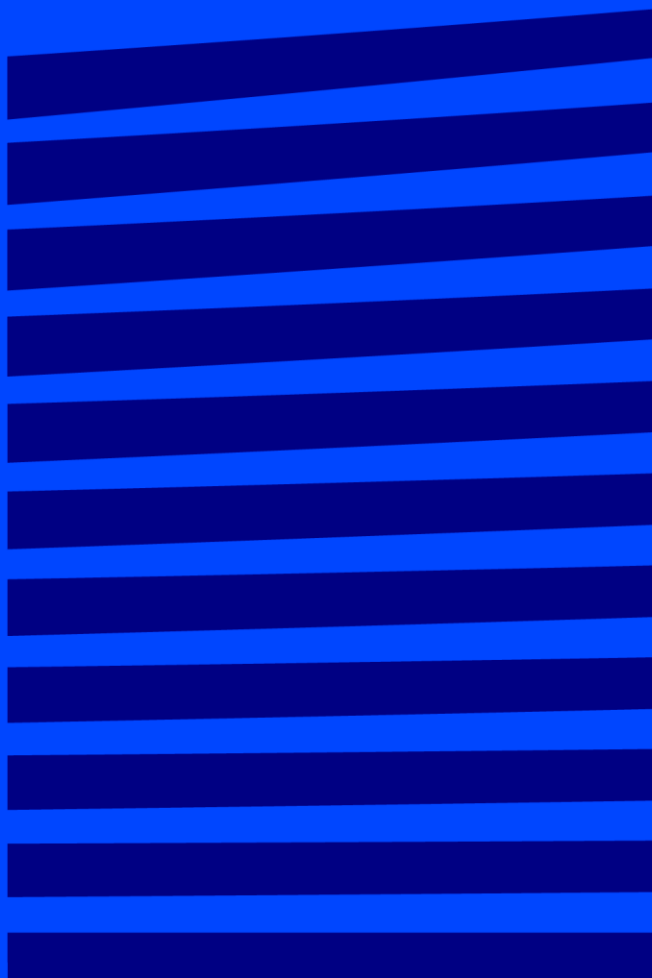


AS ESCOLHAS DA EUROPA

ORIENTAÇÕES POLÍTICAS
PARA A PRÓXIMA COMISSÃO EUROPEIA
2024 - 2029

Ursula von der Leyen

Candidata a presidente da Comissão Europeia



Estrasburgo
18 de julho de 2024

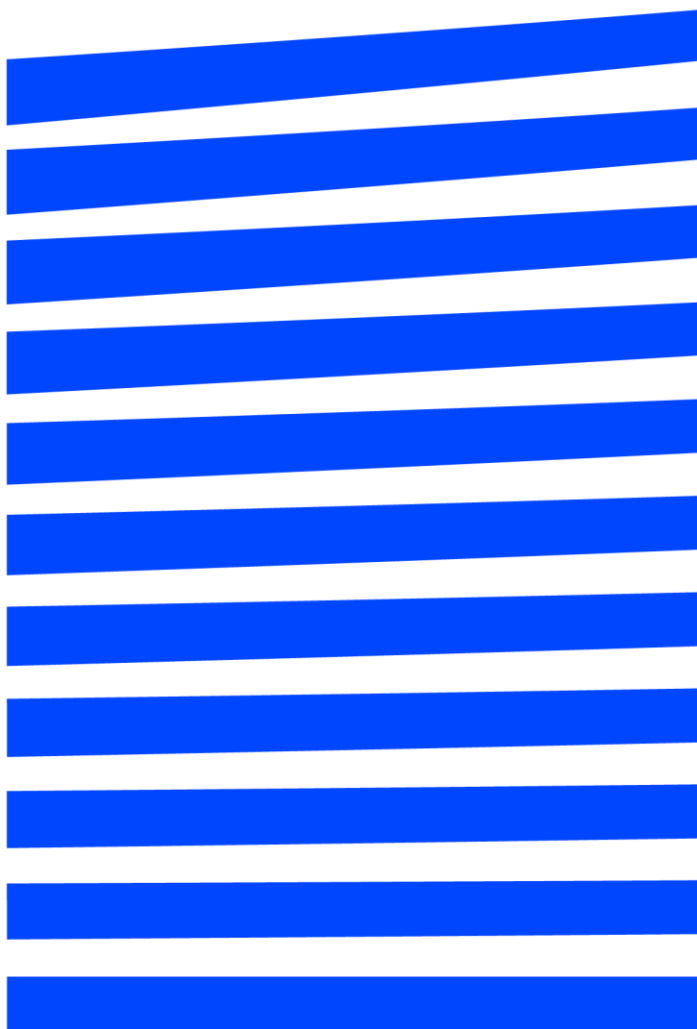


AS ESCOLHAS DA EUROPA

**ORIENTAÇÕES POLÍTICAS
PARA A PRÓXIMA COMISSÃO EUROPEIA
2024 - 2029**

Ursula von der Leyen

Candidata a presidente da Comissão Europeia



Estrasburgo
18 de julho de 2024



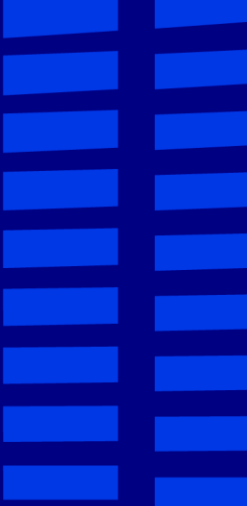
AS ESCOLHAS DA EUROPA

Fazer campanha pela Europa antes das eleições europeias deste ano foi uma forma de recordar aquilo que constitui a nossa União. Trata-se de quase 500 milhões de pessoas com culturas tão diferentes, histórias complexas e perspetivas díspares a reunirem-se para articular o seu desejo de uma União completa de 27 países. Ao votarem, ajudam também a construir uma identidade europeia comum — tudo isto unido pelo nosso tecido cultural rico e diverso. Este é o ponto mais forte da Europa, **tornando-a mais que uma construção ou um projeto. A Europa é a nossa casa: única na sua conceção e unida na sua diversidade.**

Desde o número recorde de eleitores que votaram pela primeira vez aos que votaram em todas as eleições europeias, as pessoas manifestaram as suas esperanças e aspirações por um futuro mais saudável e mais próspero. Contudo, também chamaram a atenção para o facto de que estamos numa era de ansiedade e incerteza. Os europeus têm dúvidas e preocupações reais quanto à instabilidade e às inseguranças que enfrentamos — desde o custo de vida, a habitação e a atividade empresarial até à forma como são tratadas questões como a migração e da nossa segurança interna às guerras na Ucrânia e no Médio Oriente. Os europeus receiam também que, muitas vezes, a Europa não seja suficientemente rápida, que possa ser demasiado distante ou demasiado onerosa.

Todas estas expectativas e preocupações são reais e legítimas, pelo que se lhes deve dar resposta. É por isso que **eu acredito ser essencial que o centro democrático na Europa se mantenha.** Mas, para que este centro se mantenha, tem de estar à altura das preocupações e dos desafios que as pessoas enfrentam nas suas vidas. Se tal não acontecer, serão alimentados o ressentimento e a polarização, deixando terreno fértil para aqueles que vendem soluções simplistas, mas que, na realidade, pretendem desestabilizar as nossas sociedades.

Este é o contexto de uma era de profunda mudança — para a nossa sociedade e a nossa segurança, para o nosso planeta e a nossa economia. A rapidez da mudança



pode ser desestabilizadora e, para alguns, conduzir a um sentimento de perda quanto ao mundo anterior a estas mudanças e a uma preocupação sobre o mundo futuro.

Tudo isto, associado às consequências das eleições e dos acontecimentos num mundo mais marcado por disputas, criou um período turbulento e potencialmente sísmico para a Europa. Os riscos são reais e as responsabilidades são sérias.

A Europa enfrenta agora uma escolha clara.

Escolher fazer frente ao mundo incerto que nos rodeia de forma isolada. Ou unir as nossas sociedades e unir-nos em torno dos nossos valores.

Escolher sermos dependentes e deixar que as divisões nos enfraqueçam. Ou sermos ousados na nossa ambição e soberanos na nossa ação, trabalhando com os nossos parceiros de todo o mundo.

Escolher ignorar novas realidades ou a rapidez da mudança. Ou termos uma visão clara do mundo e das ameaças que nos rodeiam.

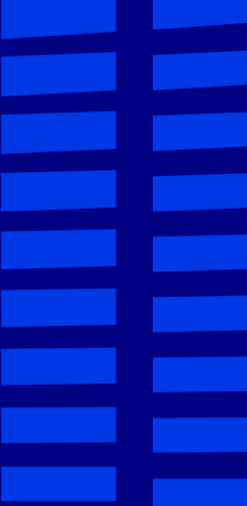
Escolher deixar prevalecer os extremistas e os conciliadores. Ou garantir que as nossas forças democráticas se mantêm fortes.

Na minha opinião, os maiores desafios da nossa era, desde a segurança às alterações climáticas, até à competitividade, só podem ser resolvidos através de uma ação conjunta. **As nossas ameaças são demasiado fortes para serem combatidas individualmente. As nossas oportunidades são demasiado grandes para serem aproveitadas de forma isolada.**

Neste contexto, acredito que a Europa tem de escolher a sua melhor opção: a União.

Isto baseia-se numa profunda convicção de que só a Europa pode estar à altura dos nossos desafios geracionais neste mundo instável — seja apoiar a Ucrânia tanto tempo quanto necessário, proteger o nosso planeta, assegurar a justiça social, defender a democracia, apoiar os meios de subsistência, as indústrias e os agricultores, ou liderar os avanços tecnológicos que moldarão o mundo até ao final deste século.

Nos últimos cinco anos, a Europa demonstrou aquilo que consegue alcançar quando o faz em conjunto. Quando é rápida e utiliza a sua dimensão e o seu poder, como fizemos ao garantir vacinas para todos os Estados-Membros ao mesmo tempo. Quando é audaz e ambiciosa, como fomos com a dupla transição ecológica e digital e com o nosso plano de recuperação, o NextGenerationEU. Quando está unida — como tem estado no apoio à Ucrânia, à liberdade e à democracia nos tempos mais sombrios e difíceis.



Chegou o momento de a Europa voltar a assumir a responsabilidade de forma coletiva.

Trata-se de uma responsabilidade partilhada de todos os eleitores europeus, mas também de todos os que hasteiam a bandeira europeia em Quieve, Quixinau, Tiblíssi e nos Balcãs Ocidentais, bem como aqueles que apelam a um futuro europeu nas ruas das vilas e cidades em toda a nossa União e no nosso continente. Temos de nos preparar para esse futuro, apoiando todos os candidatos na sua viagem, baseada no mérito, para a nossa União e preparando a nossa União para o futuro com reformas essenciais.

A União que escolhemos não pode ser reduzida a uma questão binária de mais ou menos Europa. Nestes tempos, **precisamos de uma União mais rápida e mais simples, mais focada e mais unida, que preste mais apoio às pessoas e às empresas.** Precisamos de uma União que atue, que tenha valor acrescentado e em que nos mobilizemos todos em conjunto com um objetivo claro e uma missão coletiva, seja as instituições da UE, os governos nacionais e regionais, o setor privado, os parceiros sociais, os cidadãos e a sociedade civil.

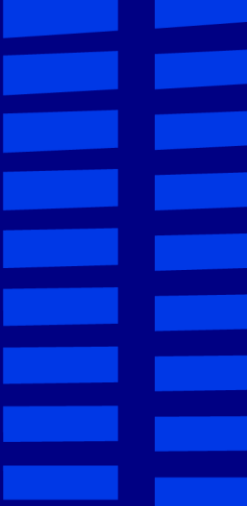
Nos últimos cinco anos, alcançámos muito em conjunto, desde o Pacto Ecológico Europeu ao NextGenerationEU, ao Pacto em matéria de Migração e Asilo e à aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. **Devemos manter o rumo relativamente a todas as nossas metas, e continuaremos a fazê-lo, incluindo as metas estabelecidas no Pacto Ecológico Europeu.**

A nossa atenção deve agora centrar-se na aplicação daquilo que acordámos, trabalhando em estreita colaboração com todas as partes interessadas e concentrando-nos nos nossos grandes desafios. É por esta razão que quero definir um conjunto de objetivos específicos e coletivos para 2030 e mais além, com metas e resultados claros nestes domínios prioritários.

Defesa e segurança. Prosperidade e competitividade sustentáveis. Democracia e justiça social. Liderar no mundo e obter resultados na Europa.

As orientações políticas são o nosso plano para a força e a unidade da Europa. As prioridades aqui definidas baseiam-se nas consultas que efetuei e nas ideias comuns debatidas com as forças democráticas no Parlamento Europeu, bem como na Agenda Estratégica do Conselho Europeu para 2024-2029. Não se trata de um programa de trabalho exaustivo: trata-se de direcionar o nosso trabalho comum.

Os próximos cinco anos definirão o lugar da Europa no mundo nas próximas cinco décadas. Este período decidirá se moldamos o nosso próprio futuro ou se o deixamos ser moldado pelos acontecimentos ou por terceiros.



Num mundo de adversidade e incerteza, acredito que a Europa deve optar por se manter unida e ter a audácia de pensar e agir em grande. Estar à altura do legado do nosso passado, obter resultados no presente e preparar uma União mais forte para o futuro.

Esta é a força motriz das presentes orientações e de tudo aquilo em que pretendo trabalhar com o Parlamento Europeu e os Estados-Membros nos próximos cinco anos.

Um novo plano para a prosperidade e a competitividade sustentáveis da Europa

A Europa foi sempre um continente de indústria, empresas e inovação, reinventando-se entre revoluções industriais e tecnológicas, concorrência mundial e sociedades em evolução.

Esta força deve-se, em grande parte, à nossa economia social de mercado única, que confere à Europa muitas vantagens em relação aos seus concorrentes.

Existem ainda, contudo, demasiados bloqueios estruturais à nossa competitividade. As nossas empresas operam num mundo conturbado, com mais concorrência desleal, preços mais elevados da energia, escassez de competências e de mão de obra e dificuldades no acesso ao capital de que necessitam.

Assistimos em primeira mão aos perigos das dependências ou do enfraquecimento das cadeias de abastecimento — desde produtos médicos durante a pandemia até à chantagem energética de Putin ou ao monopólio da China em relação a matérias-primas essenciais para baterias ou circuitos integrados.

O mundo está numa corrida que ditará quem será o primeiro a alcançar a neutralidade climática e o primeiro a desenvolver as tecnologias que moldarão a economia mundial nas próximas décadas.

A Europa não pode dar-se ao luxo de ficar para trás e perder a sua vantagem competitiva nesta corrida, nem deixar expostas quaisquer vulnerabilidades estratégicas.

Temos muitas bases sobre as quais podemos trabalhar — desde o investimento maciço em tecnologias limpas e digitais no NextGenerationEU até à abordagem em

matéria de soberania acordada pelos líderes em Versalhes.

Temos muitos ativos que nos conferem uma vantagem competitiva — desde investigadores e universidades de craveira mundial a pequenas empresas prósperas e a um ambiente estável baseado no Estado de direito e em condições de concorrência equitativas.

No entanto, dada a dimensão dos desafios e das oportunidades, precisamos agora de avançar muito mais rapidamente e ir muito mais longe para garantir a competitividade, a prosperidade e a equidade. Inspirar-me-ei igualmente para este trabalho no próximo relatório de Mario Draghi sobre a competitividade.

Precisamos de um novo plano europeu de prosperidade para:

- *Facilitar a atividade empresarial e aprofundar o nosso mercado único;*
- *Construir um pacto da indústria limpa para decarbonizar e reduzir os preços da energia;*
- *Pôr a investigação e a inovação no centro da nossa economia;*
- *Aumentar a produtividade com a difusão das tecnologias digitais;*
- *Investir de forma maciça na nossa competitividade sustentável;*
- *Colmatar o défice de competências e de mão de obra.*

Facilitar a atividade empresarial

O mercado único europeu é fundamental para a nossa competitividade. Permite a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas, abrindo os mercados e facilitando a vida às pessoas, às empresas e aos investidores.

Contudo, poderia fazer muito mais. Precisamos de **um novo impulso para completar o mercado único** em setores como o dos serviços, da energia, da defesa, financeiro, das comunicações eletrónicas e do digital. Esse impulso permitirá às nossas empresas — em especial às nossas pequenas e médias empresas (PME) — expandir-se e tirar o máximo partido do mercado.

Acredito que precisamos de uma **nova abordagem para a política de concorrência**, mais bem orientada para os nossos objetivos comuns e mais favorável à expansão das empresas nos mercados mundiais, assegurando sempre condições de concorrência equitativas. Estas características devem refletir-se na forma como avaliamos as concentrações, para que a inovação e a resiliência sejam plenamente tidas em conta.

Garantiremos que a política de concorrência acompanhe a evolução dos mercados mundiais e evite que a concentração do mercado aumente os preços ou reduza a qualidade dos bens ou serviços para os consumidores.

Os 24 milhões de PME europeias criam empregos de qualidade assentes em comunidades locais. Contudo, juntamente com as empresas de maior dimensão, continuam a enfrentar demasiadas complexidades.

Temos de tornar a atividade empresarial mais fácil e mais rápida na Europa.

Farei com que a rapidez, a coerência e a simplificação sejam prioridades políticas fundamentais em tudo o que fizermos.

Cada comissário será incumbido de se concentrar na redução dos encargos

administrativos e na simplificação da execução: menos dificuldades burocráticas e obrigações de comunicação de informações, mais confiança, melhor execução, licenciamento mais rápido.

Os comissários realizarão **diálogos regulares sobre a execução** com as partes interessadas, a fim de debater a melhor forma de alinhar a execução com as realidades no terreno.

Trabalharão com um vice-presidente da Execução, Simplificação e das Relações Interinstitucionais para **testar todo o acervo da UE**.

Nesta base, apresentaremos propostas para **simplificar, consolidar e codificar a legislação**, a fim de eliminar quaisquer sobreposições e contradições, mantendo simultaneamente padrões elevados.

Abordaremos também a multiplicidade de regulamentações nacionais que tornam mais complicada a atividade empresarial em diferentes países da UE. Facilitaremos o êxito dos inovadores, reduzindo os custos do insucesso.

Para isso, proporei um novo estatuto jurídico à escala da UE destinado a **ajudar as empresas inovadoras a crescer**. Este novo estatuto jurídico assumirá a forma do chamado «28.º regime» para permitir que as empresas beneficiem de um conjunto de regras mais simples e harmonizadas em determinados domínios.

Precisamos também de apoiar melhor as empresas cuja dimensão e capacidade de financiamento não podem ser comparadas com as das grandes empresas. Estas empresas são frequentemente alvo de «aquisições predatórias» por parte de empresas estrangeiras que procuram eliminá-las enquanto possível fonte de concorrência futura.

Introduziremos uma **nova categoria de «pequenas empresas de média capitalização»** e avaliaremos os casos em que a regulamentação em vigor aplicável às grandes empresas é demasiado onerosa,

desproporcionada ou constitui um obstáculo ao seu desenvolvimento concorrencial.

A futura legislação deve também ser simplificada e concebida tendo em conta as pequenas empresas e num espírito de subsidiariedade. Tal será feito, nomeadamente, através de um **novo controlo das PME e da competitividade**, a fim de ajudar a evitar encargos administrativos desnecessários, sem deixar de manter padrões elevados.

No entanto, legislar melhor tem de ser uma tarefa conjunta — com o envolvimento de todas as instituições e abrangendo todo o processo legislativo — desde a proposta de alteração até à adoção.

Neste espírito, proporei a renovação do **acordo interinstitucional sobre simplificação e legislar melhor**, para que cada instituição avalie da mesma forma o impacto e o custo das suas alterações.

A fim de assegurar que acompanhamos coletivamente a **aplicação e a execução**, solicitarei igualmente a cada comissário que elabore um relatório anual sobre os progressos realizados para as suas respetivas comissões do Parlamento Europeu e para a formação do Conselho.

Um pacto da indústria limpa

Fizemos progressos históricos na definição das nossas ambições climáticas e demonstrámos que podemos reduzir com êxito as nossas emissões, ao mesmo tempo que fazemos crescer a nossa economia.

Devemos manter o rumo relativamente aos objetivos definidos no Pacto Ecológico Europeu e continuaremos a fazê-lo.

O ritmo da crise climática está a acelerar. Além disso, é igualmente urgente descarbonizar e ao mesmo tempo industrializar a nossa economia.

Devemos concentrar-nos na **aplicação do quadro jurídico existente para 2030** — da

forma mais simples, mais justa e mais eficiente em matéria de custos.

Precisamos de um novo pacto da indústria limpa tendo em vista indústrias competitivas e empregos de qualidade nos primeiros 100 dias do mandato.

Daremos especial atenção ao **apoio e à criação das condições adequadas para que as empresas** alcancem os nossos objetivos comuns. Isto implica simplificar, investir e garantir o acesso a fontes de energia e matérias-primas baratas, sustentáveis e seguras.

Deste modo, abrir-se-á caminho para a **meta para 2040** de redução de 90 % das emissões, que proporemos consagrar na nossa **Lei Europeia em matéria de Clima**. Em todas as fases, trabalharemos em parceria com a indústria, os parceiros sociais e todas as partes interessadas.

Apresentaremos um **ato legislativo sobre o acelerador da descarbonização industrial** para apoiar as indústrias e as empresas durante a transição.

Este ato legislativo canalizará o investimento em infraestruturas e na indústria, em especial para os setores com uma utilização intensiva de energia. Apoiará o mercado de vanguarda europeu no desenvolvimento, na produção e na difusão na indústria de tecnologias limpas. Contribuirá igualmente para acelerar o planeamento, os concursos e o licenciamento conexos.

Temos de reduzir as faturas de energia para as empresas e as famílias.

Graças às medidas europeias, as energias renováveis atingiram um nível recorde, representando 50 % da produção de eletricidade da UE no último ano. A dependência do gás fóssil russo foi substancialmente reduzida e as poupanças de energia reduziram o consumo global.

No entanto, continuamos a enfrentar muitos desafios. O nosso mercado da energia deve trabalhar melhor para baixar os preços e garantir que os consumidores beneficiem dos

custos de produção mais baixos das energias limpas.

Continuaremos a reduzir os preços da energia, afastando-nos ainda mais dos combustíveis fósseis, reforçando a contratação conjunta de combustíveis e desenvolvendo a governação necessária para uma verdadeira **União da Energia**.

Intensificaremos e daremos prioridade ao investimento em infraestruturas e tecnologias de energia limpa.

Estarão incluídas tecnologias renováveis e hipocarbónicas, infraestruturas de rede, capacidade de armazenamento e infraestruturas de transporte para o CO₂ capturado. Investiremos também em medidas de eficiência energética, na digitalização do nosso sistema energético e na implantação de uma rede de hidrogénio.

Além disso, temos de utilizar o poder e a dimensão do nosso mercado para garantir o aprovisionamento. É por esta razão que proporei a ativação e o alargamento do nosso **mecanismo de procura agregada** para que vá além do gás e inclua o hidrogénio e as matérias-primas críticas.

Trabalharemos em novas **parcerias de comércio e investimento limpos** para ajudar a garantir o abastecimento de matérias-primas, energia limpa e tecnologias limpas em todo o mundo.

Dando o exemplo a nível interno, **quero que a Europa continue a ser um dos líderes nas negociações internacionais sobre o clima**, com base nas recentes iniciativas da UE em questões mundiais como o metano, a tarifação do carbono e as metas mundiais para as energias renováveis e a eficiência energética.

Definiremos a nossa **visão global em matéria de clima e energia** antes da COP30, que se realizará no Brasil em 2025. Intensificaremos também a nossa **diplomacia verde** e colaboraremos mais com os países terceiros sobre os aspetos externos das nossas políticas.

Para alcançar os nossos objetivos climáticos, é igualmente necessário facilitar a transição das pessoas para opções mais sustentáveis. É o caso, nomeadamente, da mobilidade. As viagens ferroviárias transfronteiriças continuam a ser demasiado difíceis para muitos cidadãos. As pessoas devem poder utilizar sistemas de reserva abertos para adquirir viagens transeuropeias junto de vários prestadores de serviços, sem perder o seu direito ao reembolso ou a uma viagem compensatória.

Para o efeito, proporemos um **regulamento sobre um sistema de bilhética digital único**, a fim de garantir que os cidadãos europeus possam adquirir um único bilhete numa única plataforma e usufruir dos direitos dos passageiros durante toda a sua viagem.

Alcançar a neutralidade climática até 2050 exigirá uma vasto leque de tecnologias inovadoras, em domínios que vão da mobilidade à energia. Por exemplo, o objetivo de neutralidade climática dos automóveis para 2035 cria previsibilidade para os investidores e os fabricantes. Para alcançar este objetivo, será necessária uma abordagem tecnologicamente neutra, na qual os combustíveis de síntese têm um papel a desempenhar através de uma alteração específica da regulamentação no âmbito da revisão prevista.

Uma economia mais circular e resiliente

Trabalhar para descarbonizar a nossa economia fará parte da nossa contínua transição para um padrão de produção e consumo mais sustentável, mantendo o valor dos recursos na nossa economia durante mais tempo.

Este será o objetivo de um novo **ato legislativo sobre economia circular**, que ajudará a criar no mercado a procura por materiais secundários e um mercado único dos resíduos, nomeadamente em relação às matérias-primas críticas.

Apresentaremos um novo **pacote relativo à indústria química**, com o objetivo de simplificar o REACH e proporcionar clareza sobre os «produtos químicos eternos» ou PFAS.

Temos de tornar a nossa economia mais resiliente e menos dependente.

Este aspeto afigura-se particularmente importante no setor da **saúde e no setor farmacêutico**. A UE tem sido confrontada com uma grave escassez de dispositivos médicos e de medicamentos, sendo particularmente difícil obter antibióticos, insulina, analgésicos e outros produtos.

Para corrigir esta situação, proporemos um **ato legislativo sobre medicamentos críticos** para reduzir as dependências de medicamentos e ingredientes críticos, em especial relativamente aos produtos em que existem apenas alguns fabricantes ou países fornecedores.

Tal fará parte do nosso trabalho no sentido de completar a **União Europeia da Saúde** com cadeias de abastecimento diversificadas, acesso aos tratamentos mais avançados, sistemas de saúde mais resilientes e inventários estratégicos de medicamentos essenciais. Temos de prosseguir o nosso trabalho em matéria de resistência aos antimicrobianos.

Intensificaremos também o nosso trabalho sobre a **saúde preventiva**, em especial no que se refere à saúde mental, incluindo no trabalho, e às doenças cardiovasculares, bem como em matéria de tratamentos para doenças degenerativas e da investigação sobre o autismo. Este trabalho basear-se-á no modelo bem-sucedido do Plano de Luta contra o Cancro.

Temos também de fazer mais para proteger a segurança dos nossos sistemas de saúde, que são cada vez mais alvo de ciberataques e de ataques com *softwares* de sequestro. Para melhorar a deteção de ameaças, a preparação e a resposta a situações de crise, proporei um **plano de ação europeu para a cibersegurança dos hospitais e dos**

prestadores de cuidados de saúde nos primeiros 100 dias do mandato.

Aumentar a produtividade com a difusão das tecnologias digitais

A competitividade da Europa é prejudicada pela sua menor produtividade em comparação com os seus concorrentes diretos a nível mundial. O cerne desta questão é a difusão insuficiente das tecnologias digitais, que prejudica a nossa capacidade de utilizar as tecnologias para desenvolver novos serviços e novos modelos empresariais.

Começaremos por nos centrar na aplicação e na execução da legislação digital adotada durante o último mandato. Os gigantes da tecnologia devem assumir a responsabilidade pelo seu enorme poder sistémico na nossa sociedade e economia. Começámos a aplicar ativamente o Regulamento dos Serviços Digitais e o Regulamento dos Mercados Digitais. Iremos **fortalecer e intensificar a nossa execução** no próximo mandato.

Apoiaremos este objetivo enfrentando os desafios com as **plataformas de comércio eletrónico**, a fim de assegurar que os consumidores e as empresas beneficiem de condições de concorrência equitativas com base em controlos aduaneiros, fiscais e de segurança e em normas de sustentabilidade eficazes.

Alcançar as nossas metas digitais e construir um verdadeiro mercado único digital seria um fator de mudança para a nossa produtividade e competitividade.

Intensificaremos o nosso investimento na próxima geração de tecnologias de ponta, em especial a supercomputação, os semicondutores, a Internet das coisas, a genómica, a computação quântica, a tecnologia espacial e não só.

Através da nossa **Inteligência Artificial** (IA), a Europa já lidera o caminho para tornar a IA mais segura e fiável, bem como para combater os riscos decorrentes da sua utilização abusiva.

Temos agora de concentrar os nossos esforços em tornarmo-nos um líder mundial em inovação no domínio da IA.

Nos primeiros 100 dias, garantiremos o acesso a novas capacidades de supercomputação adaptadas às empresas em fase de arranque e à indústria no domínio da IA através de uma **iniciativa sobre fábricas de IA**.

Desenvolveremos também — juntamente com os Estados-Membros, a indústria e a sociedade civil — uma **estratégia de aplicação da IA** para impulsionar novas utilizações industriais da IA, bem como para melhorar a prestação de uma variedade de serviços públicos, como os cuidados de saúde.

Neste espírito, proporei a criação de um **conselho europeu de investigação sobre IA**, onde possamos reunir todos os nossos recursos, à semelhança da abordagem adotada com o CERN.

Para apoiar o desenvolvimento da IA e de outras tecnologias de ponta, **a Europa tem de tirar partido do potencial inexplorado dos dados**.

O acesso aos dados não só constitui um importante motor da competitividade — representando quase 4 % do PIB da UE — como é essencial para a produtividade e as inovações societais, desde a medicina personalizada até à poupança de energia.

No entanto, demasiadas empresas na Europa têm dificuldade em obter acesso aos dados de que necessitam, ao passo que grandes empresas tecnológicas estrangeiras utilizam dados europeus para alimentar as suas atividades.

Ao mesmo tempo que asseguramos elevados padrões de proteção de dados, apoiaremos as empresas, melhorando o acesso aberto aos dados, nomeadamente para ajudar as PME a cumprir as obrigações de comunicação de informações.

A Europa precisa de uma revolução dos dados.

É por esta razão que apresentaremos uma **estratégia europeia para uma União dos dados**. Esta basear-se-á nas normas em vigor em matéria de dados, a fim de assegurar um quadro jurídico simplificado, claro e coerente para que as empresas e os poderes públicos partilhem dados sem descontinuidades e em grande escala, respeitando simultaneamente normas elevadas de privacidade e segurança.

Pôr a investigação e a inovação no centro da nossa economia

A competitividade da Europa — e a sua posição na corrida para uma economia limpa e digital — dependerá do arranque de uma nova era de invenção e engenho. Para tal, é necessário colocar a investigação e a inovação, bem como a ciência e a tecnologia, no cerne da nossa economia.

Aumentaremos **as nossas despesas em investigação**, centrando-nos mais nas prioridades estratégicas, na investigação fundamental inovadora e na inovação disruptiva, bem como na excelência científica.

Para o efeito, reforçaremos o Conselho Europeu de Investigação e o Conselho Europeu da Inovação.

A Europa deve também encontrar-se na vanguarda entre a ciência, a tecnologia e a indústria emergentes, ser o nexo que tornará esta revolução tecnológica mais rápida e transformadora.

Quero que a Europa tire o máximo partido da revolução biotecnológica. As biotecnologias — apoiadas pela IA e por ferramentas digitais — podem ajudar a modernizar uma grande parte da nossa economia, desde a agricultura e a silvicultura até à energia e à saúde.

A fim de facilitar a introdução da biotecnologia do laboratório à fábrica e, em seguida, rumo ao mercado, proporemos um

novo **ato legislativo da biotecnologia europeia** em 2025.

Tal fará parte de uma **estratégia sobre as ciências da vida na UE** mais abrangente, onde se pretende analisar a forma como podemos apoiar as nossas transições ecológica e digital e desenvolver tecnologias de elevado valor.

Para liderar a inovação, temos de criar as condições para que os investigadores possam prosperar, o que significa disponibilizar as infraestruturas e os laboratórios inovadores de que necessitam para testar e desenvolver ideias através de **novas parcerias público-privadas**, como as empresas comuns.

Significa também atrair novos talentos e manter aqui, na Europa, as melhores e mais notáveis mentes. Para tal, quero reforçar a colaboração entre os departamentos de investigação, o ensino superior e as empresas, nomeadamente através do reforço das nossas **alianças de universidades**.

Turbo-incentivo ao investimento

Esta Comissão será uma Comissão de investimento.

Temos de desbloquear o financiamento necessário à transição ecológica, digital e social. Maximizaremos o investimento público e a sua mobilização e reduziremos os riscos do capital privado, trabalhando em estreita colaboração com o **Banco Europeu de Investimento**.

Tal investimento não pode ser financiado apenas pelo erário público. A conclusão da União dos Mercados de Capitais poderá atrair mais 470 mil milhões de EUR de investimento por ano.

Temos de ser mais ambiciosos na resolução dos problemas de falta de capital privado e da atividade ainda muito parca dos nossos mercados.

As empresas europeias inovadoras e as empresas em fase de arranque não devem ser

forçadas a olhar para os EUA, a Ásia ou outros mercados para financiar a sua expansão, pois também aqui, na Europa, devem ser capazes de encontrar o que precisam para crescer.

É por esta razão que proporemos **medidas de absorção dos riscos** para facilitar o financiamento de empresas em rápido crescimento por parte de bancos comerciais, investidores e capital de risco.

Para libertar capital e assegurar condições de concorrência equitativas, reveremos o nosso quadro regulamentar para eliminar os obstáculos que restringem o montante de capital europeu disponível para financiar a inovação.

Combateremos a fragmentação dos nossos mercados financeiros, responsável por que 300 mil milhões de EUR de poupanças das famílias europeias sejam transferidos todos os anos da UE para os mercados estrangeiros.

Para o fazer, desenvolveremos a proposta no âmbito do relatório Enrico Letta e proporemos uma **União Europeia da poupança e dos investimentos**, incluindo a banca e os mercados de capitais. Tal ajudará a mobilizar a enorme riqueza de poupanças privadas na Europa para investir na inovação e nas transições ecológica e digital.

Além da poupança privada na Europa, os nossos atuais instrumentos financeiros no mercado de capitais são importantes para atrair poupanças provenientes de todo o mundo, uma vez que o nome da UE constitui um ativo muito seguro com rendimentos atrativos.

Devemos também utilizar melhor os contratos públicos, que representam 14 % do PIB da UE.

Um ganho de eficiência de 1 % nos contratos públicos poderia poupar 20 mil milhões de EUR por ano. E trata-se de um dos principais recursos disponíveis para desenvolver bens e serviços inovadores e criar mercados líderes no domínio das tecnologias limpas e estratégicas.

Proporei uma **revisão da Diretiva Contratos Públicos**. Tal permitirá dar preferência aos produtos europeus na contratação pública no que toca a determinados setores estratégicos. Ajudará também a garantir valor acrescentado da UE para os nossos cidadãos, além da segurança do abastecimento de tecnologias, produtos e serviços vitais. Irá igualmente modernizar e simplificar as nossas regras de contratação pública, em especial para ter em conta as empresas em fase de arranque e inovadoras da UE.

No que diz respeito ao financiamento e ao investimento públicos, a primeira prioridade será assegurar a utilização dos recursos disponíveis através do NextGenerationEU e do orçamento atual.

Olhando para o futuro, o pacto da indústria limpa deve permitir-nos investir mais em conjunto em tecnologias limpas e estratégicas e em indústrias com utilização intensiva de energia. O futuro da indústria europeia de tecnologias limpas e de ponta tem de ser construído na Europa.

É por esta razão que apresentarei um novo fundo europeu de competitividade como parte da nossa proposta de novo orçamento reforçado no próximo quadro financeiro plurianual.

Esta capacidade de investimento destinar-se-á a tecnologias estratégicas — da IA ao espaço, das tecnologias limpas à biotecnologia — a fim de assegurar que desenvolvemos tecnologias estratégicas e que as fabricamos aqui, na Europa. E assegurará que utilizamos o poder do nosso orçamento a fim de mobilizar o investimento privado para os nossos objetivos comuns e de reduzir os riscos desse investimento.

O fundo europeu de competitividade apoiará **Projetos Importantes de Interesse Comum** (PIIEC), para que a Europa possa utilizar a sua força coletiva para investir em conjunto em projetos comuns ambiciosos — como já foi feito em menor escala com as baterias, o hidrogénio e a microeletrónica.

Tornarei os PIIEC mais simples e de mais rápido financiamento e arranque. O primeiro novo conjunto de projetos comuns será proposto no início de 2025.

Colmatar os défices de competências e de mão de obra

A Europa precisa de uma mudança radical de ambição e ação — em todos os níveis de competências e em todos os tipos de formação e educação. Esta mudança é tão importante para as carreiras e perspetivas das pessoas como para a nossa competitividade.

Para o efeito, vamos estabelecer uma **União das competências** — centrada no investimento, na aprendizagem de adultos e ao longo da vida, na retenção de competências e no reconhecimento dos diferentes tipos de formação para permitir às pessoas trabalhar em toda a nossa União.

Para tal, será essencial **integrar a aprendizagem ao longo da vida na educação e nas carreiras** e apoiar a formação e as perspetivas de carreira dos professores.

Centrar-nos-emos na melhoria das competências básicas e proporemos um **plano estratégico para o ensino das CTEM**, cujo objetivo será dar resposta ao preocupante declínio do desempenho — e à falta de professores qualificados — em domínios relacionados com a ciência, a tecnologia, a engenharia e a matemática. Este plano deverá também conduzir mais raparigas e mulheres ao ensino e às carreiras no domínio das CTEM.

É igualmente importante dar ao ensino e à formação profissionais (EFP) o destaque que merecem. Preparam as pessoas para o trabalho e dão-lhes as competências que as empresas procuram. É por esta razão que proporei uma **estratégia europeia de ensino e a formação profissionais**, nomeadamente para aumentar o número de pessoas com um diploma de ensino e formação profissionais de nível secundário.

Numa economia em rápida evolução, precisamos de ser mais reativos às necessidades das nossas empresas. **Impulsionaremos e reorientaremos o financiamento das competências** no orçamento da UE, a fim de assegurar que este está mais bem ligado aos mercados de trabalho e mais centrado em setores cruciais para a dupla transição.

Temos de garantir que beneficiamos de todas as competências de elevada qualidade, independentemente do local e da forma como foram adquiridas. Continuaremos por isso a trabalhar em prol de um Diploma Europeu e apresentaremos uma **iniciativa sobre a portabilidade de competências**, a fim de assegurar que uma competência adquirida num país seja reconhecida noutro.

Uma nova era para a defesa e a segurança europeias

«A paz mundial não poderá ser salvaguardada sem esforços criativos que estejam à altura dos perigos que a ameaçam.»

A primeira linha da Declaração Schuman resume a história da Europa. Fala do nosso passado — destruído pela guerra, pelas divisões e por alguns dos piores conflitos de sempre no mundo.

A paz na Europa nunca foi um dado adquirido, mas quaisquer ilusões a esse respeito foram destruídas pela guerra de agressão de Putin na Ucrânia.

Os ataques abjetos e impiedosos contra hospitais pediátricos, infraestruturas energéticas e outros alvos civis mostram a que extremos a Rússia de Putin está disposta a chegar.

A Ucrânia luta pela liberdade, pela democracia e pelos valores da Europa. A força da nossa determinação coletiva deve estar à altura do desafio.

O melhor investimento na segurança europeia é investir na segurança da Ucrânia. O apoio financeiro, político e militar da Europa tem de ser mantido durante o tempo que for necessário.

Utilizaremos todos os instrumentos à nossa disposição, nomeadamente através do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, para trabalhar em todos os aspetos, das necessidades imediatas aos futuros esforços de **reconstrução**, através do Mecanismo para a Ucrânia.

É certo que os últimos anos foram uma dura chamada de atenção para a fragilidade da paz, mas foram também um alerta para que a Europa se dote dos meios para se defender e proteger e dissuadir potenciais adversários.

Esta realidade é ainda mais clara ao olharmos para um mundo mais fraturado e incerto, no qual nada está garantido para a Europa.

Analisaremos todas as nossas políticas pela ótica da segurança. Planificaremos tendo em vista cenários que esperamos nunca venham a materializar-se, mas não podemos correr o risco de má preparação ou de dependências excessivas.

Dar vida à União Europeia da Defesa

Os últimos anos revelaram o subinvestimento crónico e a falta de despesas eficientes nas nossas capacidades militares.

Para contextualizar este aspeto, a despesa combinada da UE com a defesa aumentou 20 % entre 1999 e 2021. No mesmo período, a despesa da Rússia com a defesa aumentou quase 300 % e a da China cresceu quase 600 %. Ao mesmo tempo, as nossas despesas são demasiado desarticuladas, díspares e não são suficientemente europeias. Temos de mudar este panorama.

O nosso trabalho nos próximos cinco anos centrar-se-á na construção de uma verdadeira **União Europeia da Defesa**.

Os Estados-Membros manterão sempre a responsabilidade pelas suas próprias tropas, da doutrina à mobilização, mas há muito que a Europa pode fazer no sentido de apoiar e coordenar os esforços para reforçar a base industrial, a inovação e o mercado único no domínio da defesa.

Para ajudar a coordenar este trabalho a nível europeu, nomearei um **comissário da Defesa**, que trabalhará em estreita colaboração com a próxima alta

representante e vice-presidente, em conformidade com o Tratado.

Para enquadrar a nova abordagem e identificar as nossas necessidades de investimento, apresentaremos conjuntamente um **livro branco sobre o futuro da defesa europeia** nos primeiros 100 dias do mandato.

O reforço da parceria UE-OTAN será de importância central para este trabalho. Continuaremos a alargar a nossa cooperação com a OTAN para abranger todas as ameaças, incluindo os novos perigos cibernéticos, híbridos ou espaciais, e reforçar a nossa parceria transatlântica.

Numa era de rearmamento, a primeira prioridade é o reforço significativo do investimento.

Embora tenha havido progressos, os orçamentos da defesa continuam a ser predominantemente gastos a nível nacional. Só uma fração das despesas de equipamento na Europa é dedicada à contratação pública conjunta da UE. E a grande maioria das aquisições no domínio da defesa por parte dos Estados-Membros continuam a ser feitas fora da Europa.

Temos de gastar mais, gastar melhor, gastar em conjunto.

A primeira tarefa é a necessidade urgente de reconstruir, reconstituir e transformar as forças armadas nacionais — tal como definidas pelos Estados-Membros.

Reforçaremos o Fundo Europeu de Defesa, investindo em capacidades de defesa de topo de gama em domínios críticos como o combate naval, terrestre e aéreo, o alerta precoce baseado no espaço, e o ciberespaço.

A segunda tarefa consiste em investir mais na nossa indústria de defesa. **Reforçaremos o Programa da Indústria de Defesa Europeia**, a fim de incentivar a contratação conjunta para colmatar as lacunas mais críticas da UE em termos de capacidades.

Criaremos um verdadeiro **mercado único dos produtos e serviços de defesa**, reforçando a capacidade de produção e promovendo a contratação pública conjunta.

A terceira tarefa é agregar os nossos recursos e combater as nossas ameaças comuns através de projetos emblemáticos da **União Europeia da Defesa**. Estes projetos devem centrar-se nas nossas maiores ameaças comuns e transfronteiriças.

Em colaboração com os Estados-Membros e em estreita coordenação com a OTAN, proporemos uma série de projetos de defesa de interesse europeu comum, começando por um **Escudo Aéreo Europeu** e pela **ciberdefesa**.

Garantiremos que estes projetos de grande envergadura estão abertos a todos e utilizaremos todos os instrumentos à nossa disposição, tanto regulamentares como financeiros, para garantir que são concebidos, construídos e implantados em território europeu o mais depressa possível.

As nossas ambições têm de encontrar correspondência no investimento.

Isto começa com o incentivo ao investimento privado na defesa. Trabalharei com o Banco Europeu de Investimento para que este possa ajudar a financiar **e reduzir os riscos dos projetos comuns de defesa** e de inovação no domínio da defesa.

Para atingir estes objetivos, é necessário um investimento europeu no próximo quadro financeiro plurianual. Mas também apresentaremos propostas para necessidades urgentes de investimento na defesa.

Uma União da preparação

Além de reforçar as nossas capacidades, a Europa precisa também de **uma nova ambição em matéria de preparação para situações de crise e de segurança**.

Trabalharemos numa **estratégia da União da preparação**, inspirada no relatório sobre a



preparação civil e militar da UE, que será apresentado pelo antigo presidente finlandês Sauli Niinistö, ainda este ano.

Neste contexto, iremos centrar-nos em **fortalecer mais ainda as nossas capacidades de ciberdefesa**, coordenar os esforços nacionais de cibersegurança e garantir a segurança das nossas infraestruturas críticas, nomeadamente através do desenvolvimento de uma indústria europeia de ciberdefesa de confiança.

A Europa necessita igualmente de uma abordagem comum à prevenção e preparação contra outras novas ameaças, em especial as relacionadas com a segurança química, biológica, radiológica e nuclear (QBRN).

Com base no trabalho da Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias, apresentaremos uma nova estratégia destinada a apoiar **as contramedidas médicas contra as ameaças para a saúde pública**, nomeadamente as relacionadas com a segurança QBRN, incluindo a contratação pública conjunta e a constituição de reservas.

Temos também de trabalhar na **dissuasão integrada**. Nesta perspetiva, reforçaremos a nossa **abordagem estratégica das sanções**, a fim de garantir que podemos reagir de forma flexível a novas ameaças. Este trabalho incidirá na forma como o nosso quadro de sanções contra ciberataques pode ser alargado e no modo de funcionamento de um novo regime de sanções contra ataques híbridos que visem a UE e os seus Estados-Membros.

Uma Europa mais segura e mais protegida

O mais elementar dos direitos é o direito de nos sentirmos em segurança, onde quer que estejamos, seja a que horas for. Mas a criminalidade organizada está em crescimento na Europa. A criminalidade destrói vidas, empresas e economias

inteiras, e enche os bolsos de criminosos e gangues.

A criminalidade organizada não pode ter esconderijos na Europa — nem fora de linha nem em linha.

Irei propor **uma nova estratégia europeia de segurança interna**. Esta estratégia contribuirá para garantir a integração da segurança na legislação e nas políticas da UE desde a conceção.

Temos de dotar as autoridades policiais de ferramentas adequadas e atualizadas para o acesso lícito à informação digital, sem deixar de salvaguardar os direitos fundamentais.

A maioria dos grupos criminosos atuam em mais de três países da UE, navegando constantemente entre os mundos físico e digital. A nossa prioridade será o desmantelamento das redes criminosas de alto risco e das suas lideranças, nomeadamente através da revisão das atuais regras em matéria de criminalidade organizada.

Proporei **transformar a Europol numa agência policial verdadeiramente operacional** e aumentar gradualmente o seu pessoal para mais do dobro. Esse crescimento deve ser acompanhado de um reforço em matéria de supervisão e de mandato. Temos de reforçar a sua capacidade de apoiar as autoridades policiais nacionais.

Temos também de garantir que estes criminosos respondem perante a justiça. O reforço do **mandado de detenção europeu** dará às autoridades judiciárias a oportunidade de colaborarem mais estreitamente para ajudar a concretizar este objetivo.

Temos também de refletir sobre os domínios nos quais **a Procuradoria Europeia** necessitará de mais poderes para lidar com a criminalidade transnacional grave, em especial a corrupção que afeta os fundos da

União, e que não pode ser tratada isoladamente pelos Estados-Membros.

Esta abordagem mais firme relativamente à criminalidade será particularmente importante no que diz respeito ao aumento do tráfico de droga na Europa, que continua a ser uma fonte de tragédias pessoais e de financiamento de outras atividades criminosas.

Apresentaremos um novo **plano de ação europeu contra o tráfico de droga**, colaborando com parceiros para encerrar rotas e modelos de negócio. Este plano apoiará uma **estratégia dos portos da UE** mais alargada, centrada na segurança, na competitividade e na independência económica, assente no trabalho desenvolvido pela Aliança Europeia dos Portos.

O recente aumento dos ataques terroristas obriga a relembrar que a ameaça das redes organizadas, ou dos «lobos solitários» por elas inspirados, não desapareceu.

Chegou a hora de uma **nova Agenda de Luta contra o Terrorismo** para fazer frente a ameaças novas e emergentes, como a dimensão da Internet ou o panorama da segurança mundial em evolução, e adotar uma abordagem mais forte relativamente ao financiamento do terrorismo e à luta contra a radicalização.

Por último, a nossa abordagem unida em matéria de segurança deve centrar-se num novo **Sistema Europeu de Comunicações Críticas** a utilizar pelas autoridades públicas responsáveis pela segurança e proteção. Este sistema fará parte do nosso trabalho para melhorar a cooperação operacional quotidiana no combate ao terrorismo e à criminalidade e no salvamento de vidas em situações de emergência.

Fronteiras comuns mais fortes

As costas e as fronteiras comuns da Europa ajudam todos os dias milhões de pessoas que se deslocam em negócios, para trabalhar, para estudar ou fazer turismo. As nossas fronteiras têm de ser mais seguras e mais fluidas. As pessoas querem sentir-se em segurança sem ter esperas excessivas.

Faremos da UE o destino de viagem mais avançado do mundo, com uma **gestão digital europeia das fronteiras plenamente funcional**.

No entanto, temos de tornar as nossas fronteiras mais seguras, a fim de evitar passagens irregulares das fronteiras e proteger a UE contra o aumento das ameaças híbridas e de outras ameaças à segurança.

Nos últimos anos, a Europa foi chamada a responder às pressões nas suas fronteiras, de Lampedusa à fronteira da Polónia com a Bielorrússia, das fronteiras dos Estados bálticos e da Finlândia às Ilhas Canárias, em Chipre e mais além.

Fomos sempre capazes de responder e, em todas as situações, reforçámos as nossas fronteiras. Mas precisamos de uma abordagem mais forte e mais ágil.

Trabalharemos com base numa **abordagem integrada da gestão das fronteiras**. Reforçaremos a Frontex, nomeadamente para a equipar com tecnologias de ponta para a vigilância e o conhecimento da situação, e para a dotar do seu próprio equipamento e pessoal, garantindo que é capaz de proteger as nossas fronteiras em todas as circunstâncias com uma governação robusta e no respeito pleno dos direitos fundamentais.

Para concretizar esta intenção, proporei **triplicar o número de agentes europeus de fronteiras e da guarda costeira** para 30 000.

Não teremos tolerância para os que ameaçam a segurança das nossas fronteiras e dos

nossos cidadãos com ataques híbridos. Os intervenientes hostis que obrigam pessoas a cruzar as fronteiras externas da UE com fins políticos devem ser reconhecidos como uma ameaça à nossa segurança e devem ser sancionados.

Faremos também mais para trabalhar com países terceiros em matéria de segurança das fronteiras, nomeadamente através do desenvolvimento de uma **estratégia da UE sobre a política de vistos** para melhor proteger as fronteiras e gerir a migração.

Por último, é da maior importância para a segurança das fronteiras assegurar **um espaço Schengen de livre circulação completo e plenamente operacional**. Assim, ser-nos-á possível suprimir os restantes controlos nas fronteiras internas.

A Bulgária e a Roménia demonstraram a sua capacidade em matéria de gestão das fronteiras e de regressos. Estão prontas e devem beneficiar plenamente do espaço Schengen.

Justiça e firmeza na migração

A migração representa um desafio para toda a Europa, que requer uma resposta europeia. Por isso é que foi tão importante concretizarmos o **Pacto da UE em matéria de Migração e Asilo**.

O Pacto ajudar-nos-á a proteger as pessoas, garantir a segurança das nossas fronteiras, assegurar procedimentos justos e eficientes e gerir a migração de forma ordenada, com a solidariedade no seu cerne.

A nossa tónica conjunta estará na **aplicação de todas as partes do Pacto**, e intensificaremos o apoio aos Estados-Membros para garantir que dispõem dos conhecimentos especializados e da capacidade operacional e financeira de que necessitam para pôr em prática os compromissos jurídicos, nomeadamente

através do investimento no nosso próximo orçamento de longo prazo.

A aplicação do Pacto é um processo dinâmico, não pontual. Precisamos de uma **estratégia europeia sobre migração e asilo** que enquadre a nossa visão para o futuro e se adapte aos desafios vindouros.

Apresentaremos uma **nova abordagem comum aos regressos**, com um novo quadro legislativo para acelerar e simplificar o processo, assegurar que os regressos são efetuados de forma digna, digitalizar a gestão dos processos e assegurar que as decisões de regresso são mutuamente reconhecidas em toda a Europa.

Continuaremos a desenvolver **relações estratégicas em matéria de migração e segurança** com países terceiros, especialmente os países de origem e de trânsito.

No âmbito de um **novo Pacto para o Mediterrâneo**, desenvolveremos as nossas parcerias estratégicas existentes e trabalharemos no sentido de novas parcerias com responsabilidades e resultados claros. Trabalharemos em áreas de interesse partilhado, do investimento na educação, nas infraestruturas e na economia em geral às parcerias para atração de talentos e às vias legais para a migração. Intensificaremos o nosso trabalho em matéria de regressos, prevenção da migração ilegal e luta contra a introdução clandestina de migrantes. Garantirei uma transparência reforçada perante o Parlamento Europeu relativamente a esses acordos.

Iremos também continuar a refletir sobre novas formas de combater a migração irregular, sem deixar de respeitar o direito internacional e assegurar soluções sustentáveis e justas para os próprios migrantes.

A Europa sempre cumpriu as suas obrigações internacionais no passado, e sempre o fará.

Respeitaremos sempre os direitos humanos e garantiremos que aqueles que têm direito a permanecer o possam fazer e possam receber apoio essencial para se integrarem nas comunidades.

Uma vida perdida no Mediterrâneo já é uma perda inaceitável. Precisamos de maior coordenação das operações de salvamento, nomeadamente com países terceiros vizinhos, e de reforçar as capacidades de vigilância da Frontex.

Nunca aceitaremos que sejam os passadores e os traficantes de seres humanos a decidir quem vem para a Europa e em que circunstâncias. **Não haverá impunidade para os passadores e traficantes de seres humanos.**

Queremos arrasar o seu modelo de negócios, trabalhando com parceiros internacionais na Aliança Mundial Contra o Tráfico de Migrantes e impondo medidas firmes contra a economia paralela da Europa.

Agiremos para garantir que os migrantes não são explorados no nosso mercado de trabalho e têm boas condições de trabalho. Iremos dismantlar as atividades dos criminosos e processá-los judicialmente, graças a uma abordagem de «seguir o dinheiro» para combater os lucros ilegais, nomeadamente através de uma cooperação reforçada em matéria de confisco de bens. **Reforçaremos a capacidade da Europol** neste domínio.

Esta abordagem justa e firme da gestão da migração permitir-nos-á abrir **vias legais**.

Apoiaremos os Estados-Membros e as empresas com **migração legal baseada nas necessidades de competências das nossas economias e regiões**. Ajudaremos a adequar as competências dos nacionais de países terceiros às lacunas do mercado de trabalho na Europa e facilitaremos a atração do talento certo com regras harmonizadas em matéria de reconhecimento das qualificações.

Apoiar as pessoas, reforçar as nossas sociedades e o nosso modelo social

A Europa tem uma qualidade de vida única, que pode simultaneamente ser encarada como uma vantagem competitiva para a nossa economia e como pilar essencial da nossa sociedade, garantindo que ninguém seja deixado para trás.

No entanto, as crises vividas nos últimos anos tiveram um impacto direto na qualidade de vida de muitos europeus — em vertentes que vão desde o custo de vida, a habitação e a energia até à equidade dos rendimentos e às divisões e desigualdades existentes na nossa sociedade.

À medida que as nossas sociedades e economias continuam a mudar — e à medida que o ritmo dessas mudanças se acentua — temos de nos mobilizar para manter e melhorar a nossa qualidade de vida única. Temos de promover a união da nossa sociedade e garantir que esta funciona em benefício de todos, com igualdade de oportunidades e empregos de qualidade.

É este o nosso modo de vida europeu. E devemos sempre promovê-lo.

A justiça social na economia moderna

O modo de vida europeu assenta na proteção e nas oportunidades oferecidas pelo nosso modelo social e pela nossa economia social de mercado.

É por esta razão que é tão importante que os princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais se tornem uma realidade em toda a nossa União, no respeito do modelo social de cada país.

Precisamos de um novo impulso nos domínios em que é necessário mais progresso, e este trabalho será enquadrado num novo **plano de ação para a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais**.

Incluirá iniciativas que analisem a forma como a digitalização está a afetar o mundo do trabalho, desde a gestão da IA até ao teletrabalho, e o impacto da cultura do «sempre ligado» na saúde mental das pessoas. As novas formas de trabalho não devem conduzir a menos direitos, pelo que proporei a introdução de um «direito a desligar».

A nossa economia social de mercado tem de continuar a articular-se em torno das pessoas e dos seus empregos, ainda que a forma das nossas indústrias e economias se altere. Precisamos de trabalhar em prol de uma **transição justa para todos**.

É por esta razão que apresentarei um **roteiro para empregos de qualidade**, elaborado em conjunto com os parceiros sociais. Apoiará salários justos, boas condições de trabalho, formação e transições profissionais justas para os trabalhadores por conta de outrem e por conta própria, nomeadamente através do aumento da abrangência da negociação coletiva.

Por outro lado, **aumentaremos significativamente o nosso financiamento para uma transição justa no próximo orçamento de longo prazo**.

Estas iniciativas farão parte de um compromisso renovado no sentido de reforçar o diálogo social europeu numa época de transformações económicas e sociais. Em

conjunto com os sindicatos e os empregadores europeus, apresentaremos um novo **pacto para o diálogo social europeu** no início de 2025.

Este pacto fará parte do nosso trabalho para ajudar as pessoas a aceder à proteção e serviços essenciais de que necessitam, bem como para combater as causas profundas da pobreza graças à **primeira estratégia da UE de combate à pobreza**.

Neste contexto, reforçaremos a Garantia para a Infância, a fim de prevenir e combater a exclusão social através da educação, dos cuidados de saúde e de outros serviços públicos essenciais.

Precisamos urgentemente de fazer frente à crise da habitação que afeta milhões de famílias e jovens.

A percentagem do rendimento familiar gasta em habitação aumentou drasticamente. As rendas e os preços das casas estão a disparar. Paralelamente, a habitação social e a preços acessíveis enfrenta um défice de investimento significativo e crescente.

Para ajudar os Estados-Membros a enfrentar estes desafios, nomearei um comissário cujas responsabilidades incluirão a habitação e apresentarei um primeiro **plano europeu de habitação a preços Acessíveis**.

Este plano abordará os fatores estruturais, desenvolverá uma estratégia para a construção de habitações, prestará assistência técnica às cidades e aos Estados-Membros e centrar-se-á no investimento.

Trabalharemos em conjunto com o Banco Europeu de Investimento numa **plataforma pan-europeia de investimento na habitação sustentável e a preços acessíveis**, com o objetivo de atrair mais investimento privado e público.

Antes de mais, proporemos injetar liquidez no mercado, permitindo aos Estados-Membros duplicar os investimentos

previstos no âmbito da política de coesão em prol da habitação a preços acessíveis.

Iremos também rever as nossas regras em matéria de auxílios estatais, a fim de permitir medidas de apoio à habitação, em especial para habitação social e habitação a preços acessíveis e eficiente energeticamente.

Para tal, será fundamental uma disponibilização rápida e eficaz do **Fundo Social em matéria de Clima**, que irá contribuir para a renovação e o acesso a habitação a preços acessíveis e eficiente energeticamente.

Há quatro anos, lancei o **Novo Bauhaus Europeu**, reunindo a sustentabilidade e a inclusão com a acessibilidade dos preços, a criatividade e a inovação. Vamos agora alargar esta comunidade.

Temos também de fazer frente às outras desigualdades que põem à prova a coesão das nossas sociedades. Lutaremos contra as causas profundas das alterações demográficas e adaptar-nos-emos às novas realidades. Nos próximos anos, a Europa será confrontada com diversos desafios, das pensões aos serviços públicos, da escassez de mão de obra à sustentabilidade orçamental e às disparidades entre gerações e regiões.

Procuraremos aumentar a participação no mercado de trabalho, especialmente das mulheres e dos jovens, reduzir as disparidades regionais para que as pessoas possam permanecer nas suas regiões de origem, e apoiar as famílias jovens para que possam usufruir de um equilíbrio saudável entre a vida profissional e a vida familiar.

As regiões permanecerão no centro do nosso trabalho.

É necessária uma **política de coesão e crescimento reforçada**, centrada nas regiões. Esta política deve ser concebida em parceria com as autoridades nacionais, regionais e locais. Faremos frente às disparidades regionais e sociais e

garantiremos a todos os cidadãos o **direito efetivo de permanecer** no local que considerem ser a sua casa.

Neste contexto, teremos de mobilizar reformas e investimentos para ajudar a construir aquilo que é necessário para que uma comunidade prospere: serviços públicos e atividades privadas, educação e competências, transportes e conectividade digital.

Além disso, teremos em conta **os desafios económicos e sociais específicos que as ilhas enfrentam**, como a habitação, os transportes, a gestão da água e dos resíduos. Continuaremos também a dar resposta aos desafios com que se deparam as regiões ultraperiféricas.

Promover a união das nossas sociedades, apoiar os nossos jovens

Uma das conclusões que podemos retirar das últimas eleições europeias é a existência de uma insatisfação na sociedade, que provoca divisões nas nossas comunidades e permite que os extremistas tirem partido dos receios das pessoas.

Trabalharemos na proteção dos direitos das pessoas pertencentes a minorias na Europa.

Temos também de garantir que as decisões hoje tomadas não prejudiquem as gerações futuras e que haja uma maior solidariedade e empenho entre pessoas de diferentes idades. Para liderar este esforço, nomearei um comissário cujas responsabilidades incluirão assegurar a **equidade intergeracional**.

Temos de promover a união da nossa sociedade, através da educação, do apoio aos jovens e do desenvolvimento daquilo que temos em comum enquanto europeus.

Reforçaremos o programa Erasmus+, nomeadamente para a formação profissional, para que mais pessoas possam dele

beneficiar. Este aspeto é fundamental para que as pessoas desenvolvam competências e criem experiências partilhadas e uma melhor compreensão mútua.

Tudo isto fará parte de um compromisso mais amplo no sentido de proporcionar aos jovens uma maior liberdade e responsabilidade nas nossas sociedades e democracias.

O novo Colégio mostrará o caminho.

Solicitarei a todos os comissários que organizem os seus primeiros **diálogos anuais sobre a política de juventude nos primeiros 100 dias** do mandato. Estes diálogos repetir-se-ão anualmente.

Quero garantir que os jovens possam usar a sua voz — a sua própria voz — para ajudar a moldar o nosso futuro.

É por esta razão que criarei um **conselho consultivo da Presidente sobre a juventude**, que reunirá jovens de todos os Estados-Membros, para me aconselhar sobre questões importantes para os seus pares na sua comunidade e dar ressonância às ideias desenvolvidas pela Comissão.

Creio que um dos nossos maiores desafios nesta década é **proteger a saúde mental das nossas crianças e jovens**, especialmente em linha.

A primeira infância e a adolescência são cruciais para o desenvolvimento cerebral e da personalidade, e são também períodos vulneráveis aos danos causados pelas redes sociais e pelo tempo excessivo passado em frente aos ecrãs. Temos de debater esta questão de forma aberta e com base em dados concretos. Assim, lançaremos um **inquérito à escala da UE sobre os impactos mais vastos das redes sociais no bem-estar**.

Lutaremos contra as técnicas pouco éticas utilizadas pelas plataformas em linha, e tomaremos medidas **contra a conceção dos serviços em linha criadores de**

dependência, como o *scroll* de páginas sem fim, a função de reprodução automática por predefinição ou as notificações automáticas constantes. Graças a um **plano de ação contra a ciberintimidação**, enfrentaremos igualmente a tendência crescente de comportamentos abusivos em linha.

Por último, centrar-nos-emos nos elementos que constituem o nosso modo de vida europeu: a nossa cultura e a nossa história. Quero que seja fácil para as pessoas, especialmente para as gerações mais jovens, tirarem partido do nosso **património cultural** rico e diversificado.

Uma União da igualdade

Há cinco anos, propusemo-nos construir uma União da Igualdade. Os progressos históricos que alcançámos são, para mim, motivo de orgulho. Contudo, há muitas pessoas para quem a igualdade ainda não é uma realidade. Temos de continuar a envidar esforços para que todos tenham a oportunidade de ter uma vida digna, prosperar e assumir posições de liderança, independentemente de quem são.

É por esta razão que encarregarei um **comissário da Igualdade** de propor uma estratégia atualizada para a igualdade de tratamento das pessoas LGBTIQ e desenvolver uma nova estratégia contra o racismo para o período pós-2025.

Continuaremos também a **reforçar o nosso trabalho quotidiano em prol da igualdade de género**. Este é um domínio em que alcançámos progressos históricos — desde a presença de mulheres nos conselhos de administração até à transparência salarial. Mas também estamos a assistir a tendências extremamente preocupantes — desde o flagelo do feminicídio e da violência contra as mulheres até aos obstáculos que as impedem de progredir nas suas carreiras ou na sua educação.

A fim de reforçar o nosso compromisso, proporemos uma **nova Estratégia para a**

Igualdade de Género para o período pós-2025. Esta estratégia irá definir o nosso plano para reforçar os direitos das mulheres em todos os domínios, desde a luta contra a violência baseada no género até à capacitação das mulheres na política e no mercado de trabalho, em toda a UE, bem como em todas as instituições da UE.

Por último, apoio igualmente a ideia de um **roteiro dos direitos das mulheres**, que apresentaremos no próximo Dia Internacional da Mulher.



Manter a nossa qualidade de vida: segurança alimentar, água e natureza

A qualidade de vida na Europa depende de um abastecimento seguro e a preços acessíveis de alimentos locais de qualidade. **A agricultura é um elemento central do nosso modo de vida europeu e é assim que deve manter-se.**

É graças aos 9 milhões de explorações agrícolas europeias — e ao setor agroalimentar em geral — que a Europa dispõe dos alimentos mais saudáveis e de melhor qualidade do mundo. Trata-se de um ativo estratégico e significa que a Europa desempenha um papel fundamental na segurança alimentar mundial.

Os nossos agricultores e as nossas zonas rurais estão cada vez mais sob pressão, decorrente do impacto das alterações climáticas, da concorrência desleal a nível mundial, do aumento dos preços da energia, da falta de agricultores mais jovens e das dificuldades de acesso ao capital. Ao mesmo tempo, estão a envidar enormes esforços para contribuir para a transição ecológica, por exemplo através de soluções baseadas na natureza.

Quero continuar a dialogar com os agricultores, os decisores políticos, a sociedade civil, as partes interessadas e os cidadãos, para que possamos construir um sistema agrícola e alimentar competitivo e resiliente.

Foi por esta razão que convoquei um diálogo estratégico sobre a agricultura, do qual será apresentado em breve o relatório. Com base nas suas recomendações, apresentarei uma **visão para a agricultura e o setor alimentar** nos primeiros 100 dias, analisando a forma de assegurar a competitividade e a sustentabilidade a longo prazo do nosso setor agrícola dentro dos limites do nosso planeta.

Para tal, é **fundamental que os agricultores disponham de um rendimento justo e suficiente**. Não devem ser obrigados a vender sistematicamente os seus produtos a preços inferiores aos custos de produção.

Defenderei sempre uma política de rendimentos da UE para os agricultores europeus e velarei por que o orçamento da UE e a nossa **política agrícola comum** sejam direcionados e se encontre o justo equilíbrio entre incentivos, investimentos e regulamentação.

Temos de permitir que os agricultores trabalhem as suas terras sem burocracia excessiva, apoiar as explorações agrícolas familiares e **recompensar os agricultores que trabalham com a natureza**, preservando a nossa biodiversidade e os nossos ecossistemas naturais e ajudando a descarbonizar a nossa economia rumo ao objetivo de impacto zero até 2050.

Apoiaremos a competitividade em toda a nossa cadeia de valor alimentar através de investimento e inovação nas explorações agrícolas, mas também em cooperativas, nas nossas empresas agroalimentares e nas muitas PME do setor.

Uma vez que os agricultores são frequentemente a parte mais vulnerável desta cadeia, temos de corrigir os desequilíbrios existentes, reforçar a posição dos agricultores e protegê-los melhor de práticas comerciais desleais.

Juntos, demonstraremos que a Europa protegerá a sua própria **soberania alimentar** e os que contribuem para o abastecimento alimentar de todos.

Isto deve também aplicar-se aos nossos pescadores. Eles garantem que a pesca continua a ser um elemento vital para as

nossas comunidades e economias costeiras. E abastecem de alimentos saudáveis os mercados locais, nacionais e internacionais.

Nomearei um **comissário das Pescas e dos Oceanos**, que será incumbido de assegurar que o setor continua a ser sustentável, competitivo e resiliente e de manter condições de concorrência equitativas para a cadeia das pescas europeia.

Um **pacto europeu dos oceanos** centrar-se-á no reforço da economia azul e na garantia da boa governação e da sustentabilidade dos nossos oceanos em todas as suas dimensões.

Temos também de continuar a **proteger o nosso mundo natural**. As nossas florestas e bosques, as nossas zonas húmidas e prados, são não só a nossa casa e a paisagem das vidas dos europeus, mas são também essenciais para regular o nosso clima e garantir a segurança alimentar e a segurança dos recursos hídricos.

Centrar-nos-emos nos incentivos e na aplicação equitativa e eficiente, nomeadamente para garantir o cumprimento dos nossos compromissos internacionais em matéria de biodiversidade, tais como os assumidos no **Acordo de Kunming-Montreal**.

Adaptação, preparação e solidariedade em matéria de clima

Um dos maiores riscos para a nossa segurança é o impacto das alterações climáticas. Os fenómenos meteorológicos extremos continuam a afetar gravemente cada vez regiões mais vastas da Europa, com inundações, incêndios e secas durante o ano inteiro e em toda a nossa União.

Graças ao nosso Mecanismo de Proteção Civil da União, o pessoal, os aviões e os helicópteros de toda a Europa ajudam a extinguir incêndios florestais e a fazer frente

ao impacto devastador de inundações, tempestades ou secas.

Isto é a Europa em prática e no seu melhor. Mas sabemos que será necessário mais do que isso, com maior frequência, à medida que o planeta aquece e que os danos à vida, às terras e aos bens se tornam mais frequentes, mais intensos e mais devastadores.

Precisamos de melhores recursos e de um maior acesso a mais ativos europeus. Precisamos de uma abordagem global da sociedade e de utilizar todos os instrumentos necessários, incluindo os militares.

Acredito na necessidade de trabalharmos no sentido de um **mecanismo europeu de defesa civil**, que analise todas as facetas da gestão de crises e catástrofes, bem como o reforço da resiliência das comunidades. Também aqui o relatório do Presidente Niinistö será a base de partida.

À medida que o clima da Europa aquece a um ritmo mais rápido do que a média mundial, temos de reforçar o trabalho sobre **a resiliência e a preparação para as alterações climáticas**.

Identificaremos os riscos e as necessidades de preparação em matéria de infraestruturas, energia, água, alimentos e solo nas cidades e nas zonas rurais, bem como a necessidade no que se refere a sistemas de dados e de alerta precoce.

Isto fará parte de um **plano europeu de adaptação às alterações climáticas**, a fim de apoiar os Estados-Membros, nomeadamente em matéria de preparação e planeamento, e assegurar avaliações dos riscos periódicas baseadas em dados científicos.

Este plano é indissociável do **reforço da segurança dos recursos hídricos na Europa**. A água é um recurso indispensável para a segurança dos nossos alimentos,

energia e economia, mas está cada vez mais sob pressão como resultado das alterações climáticas e da procura crescente.

Precisamos de uma nova **estratégia europeia de resiliência hídrica**, a fim de assegurar que as fontes são adequadamente geridas, que é dada resposta à escassez e que reforçamos a vantagem competitiva inovadora da nossa indústria da água e adotamos uma abordagem de economia circular. Neste contexto, lideraremos os esforços para ajudar a atenuar e prevenir o *stress* hídrico grave em todo o mundo.

Proteger a nossa democracia, defender os nossos valores

O futuro da Europa num mundo fragmentado dependerá de uma democracia forte e da defesa dos valores que nos conferem as liberdades e os direitos que prezamos.

Proteger a nossa democracia

Os nossos sistemas e instituições democráticos estão a ser atacados. Assistimos a um aumento do número de ameaças por parte de intervenientes internos e estrangeiros, sejam eles governos hostis ou intervenientes não estatais. Os métodos utilizados são agora mais difíceis de identificar, mais prejudiciais e mais fáceis de empregar com ferramentas digitais e redes sociais.

Trata-se de um reflexo de uma profunda mudança no espaço de informação, passando de meios de comunicação social para conteúdos gerados pelos utilizadores, mediados por plataformas e impulsionados por algoritmos. Esta mudança abre caminho a novas liberdades, mas também reduz os custos de manipulação da informação e reforça o posicionamento da Rússia e de outros intervenientes num cenário de guerra de informação.

Temos de fazer mais para proteger a nossa democracia.

É por esta razão que proporei um novo **escudo europeu da democracia**. Nessa medida, trabalharemos para combater a manipulação da informação e a ingerência por parte de agentes estrangeiros em linha, com base nos exemplos da VIGINUM, em França, ou da Agência de Defesa Psicológica sueca.

O objetivo é aumentar o conhecimento da situação, detetando, analisando e combatendo

proativamente a desinformação e a manipulação da informação.

Centrar-nos-emos na **resiliência e na preparação da sociedade**, através do aumento da literacia digital e mediática e do reforço da prevenção por meio da desmistificação prévia. Criaremos uma **rede europeia de verificadores de factos** e disponibilizá-la-emos em todas as línguas.

Continuaremos igualmente a **intensificar a aplicação da lei no domínio digital**, a fim de assegurar que as informações manipuladas ou enganosas sejam detetadas, assinaladas e, se for caso disso, removidas, em conformidade com o Regulamento dos Serviços Digitais.

Por último, abordaremos também as **falsificações profundas cada vez mais realistas**, que afetaram eleições em toda a Europa. Asseguraremos que os requisitos de transparência previstos no Regulamento da Inteligência Artificial são aplicados e reforçaremos a nossa abordagem aos conteúdos produzidos por IA.

Ao proteger a nossa democracia, respeitaremos sempre o nosso compromisso duradouro com a **preservação e a promoção da liberdade de expressão**.

Reforçar o Estado de direito

A economia e a democracia europeias assentam no Estado de direito. Este permite o funcionamento da nossa sociedade e garante que os direitos são defendidos, que a corrupção é punida e que os contratos são aplicados.

O Estado de direito abrange todos os domínios. Existem desafios em toda a

Europa, a diferentes escalas e com diferentes problemáticas.

Fizemos imenso nos últimos cinco anos. Estamos agora mais bem preparados que nunca para abordar os desafios do Estado de direito de um modo objetivo, e da mesma forma, em todos os Estados-Membros. Contudo, assistimos também a tendências preocupantes.

Reforçar o Estado de direito será o nosso trabalho e dever quotidiano.

Continuaremos a melhorar o acompanhamento e a comunicação de informação, bem como a reforçar o equilíbrio de poderes, nomeadamente acompanhando a aplicação das recomendações.

O **relatório anual sobre o Estado de direito** demonstrou de que forma o diálogo pode ajudar a realizar progressos. Temos agora de consolidar o relatório e assegurar que este analisa as questões de toda a Europa.

Acrescentaremos uma dimensão dedicada ao mercado único no relatório, a fim de abordar questões relacionadas com o Estado de direito que afetam as empresas, em especial as PME, com atividades transfronteiras. Incluiremos também outros países candidatos à adesão no relatório anual sobre o Estado de direito assim que estejam prontos.

Investiremos na defesa do Estado de direito. Proporei que o financiamento da UE seja também consagrado a medidas nacionais, por exemplo, no âmbito do combate à corrupção e da proteção dos interesses financeiros da UE.

Respeitar o Estado de direito é uma condição obrigatória para os fundos da UE.

Para o efeito, estreitaremos a ligação entre as recomendações do relatório anual sobre o Estado de direito e o apoio financeiro. E garantiremos que o futuro orçamento de

longo prazo dispõe de salvaguardas sólidas em matéria de Estado de direito — incluindo o **regime geral de condicionalidade**, aplicável a todos os fundos da UE.

Vamos também aprender com o NextGenerationEU, o qual provou que o orçamento pode ser associado a reformas que reforçam o Estado de direito.

A imposição do cumprimento através de procedimentos de infração e o reforço da aplicação do **mecanismo do artigo 7.º** devem continuar a ser utilizados de forma eficaz, inclusivamente numa futura União alargada.

Um dos princípios fundamentais do Estado de direito e, de um modo mais geral, da democracia é a **liberdade dos meios de comunicação social**.

Num mundo com uma comunicação cada vez mais instantânea e repleta de desinformação, temos de fazer tudo o que esteja ao nosso alcance para apoiar a liberdade dos meios de comunicação social em toda a União.

Aplicaremos o Regulamento Europeu relativo à Liberdade dos Meios de Comunicação Social e **reforçaremos o nosso apoio e proteção aos meios de comunicação social e aos jornalistas independentes**, travando atos de pressão e comportamentos não éticos.

Colocar os cidadãos no cerne da nossa democracia

A Conferência sobre o Futuro da Europa e o êxito dos painéis de cidadãos europeus constituem grandes passos no sentido de uma democracia mais deliberativa e de uma participação das pessoas além das eleições ou da política.

Temos agora de **integrar a participação dos cidadãos em toda a UE**.

Todos os anos, selecionaremos os domínios de intervenção e propostas em que as recomendações de um **painel de cidadãos europeus** teriam o maior valor. Daremos seguimento às suas recomendações, como as do painel de 2024 sobre o **combate ao ódio na sociedade**.

No mesmo âmbito, **intensificaremos também a nossa colaboração com as organizações da sociedade civil** que têm conhecimentos especializados e um papel importante a desempenhar na defesa de

questões sociais específicas e dos direitos humanos.

Temos de garantir que a sociedade civil está mais protegida no seu trabalho.

Trabalharemos igualmente com conselheiros locais relativamente à participação dos cidadãos, a fim de compreender melhor o impacto da Europa na vida quotidiana. Juntamente com o **Comité das Regiões**, estamos já a trabalhar com uma rede de mais de 3 000 conselheiros locais e devemos reforçá-la nos próximos cinco anos.

Uma Europa global: fazer bom uso do nosso poder e das nossas parcerias

Num mundo que se mantém perigoso há várias gerações, a Europa precisa de ser mais assertiva na prossecução dos seus interesses estratégicos.

A guerra de agressão da Rússia, impulsionada pelo desejo imperial de Putin de destruir a Ucrânia e o seu futuro europeu, faz parte de um ataque mais amplo e sistemático à Europa, aos nossos valores e à ordem internacional assente em regras.

A Ucrânia está a lutar pela nossa liberdade todos os dias — e nós também temos de trabalhar pela liberdade da Ucrânia.

Esta continuará a ser a nossa principal prioridade, tanto a nível interno como internacional, mobilizando parceiros para apoiar as necessidades a curto prazo e os esforços de reconstrução a longo prazo.

Não podemos olhar para esta guerra em solo europeu como se fosse um acontecimento isolado. Este é um momento de fratura para o mundo. Os últimos anos foram uma declaração de intenções de uma nova liga de líderes autoritários — no Irão, na Coreia do Norte, na Rússia e não só — empenhados em semear a divisão e criar uma ordem internacional alternativa baseada em mapas redesenhados, ideias imperiais e esferas de influência.

A guerra em Gaza e a desestabilização de todo o Médio Oriente estão a conduzir ao derramamento de sangue e à instabilidade em toda a região. Os golpes de Estado e os conflitos estão a intensificar-se em todo o mundo.

Entrámos numa era de rivalidades geoestratégicas.

A postura mais agressiva e a concorrência económica desleal da China, a sua amizade «sem limites» com a Rússia — e a dinâmica das suas relações com a Europa — refletem uma mudança de cooperação para competição. Estamos a assistir a uma instrumentalização de todos os tipos de políticas, da energia à migração, passando pelo clima. Consequentemente, a nossa ordem internacional assente em regras está a definhar e as nossas instituições mundiais são hoje menos eficazes.

Esta nova realidade irá persistir qualquer que seja o resultado das diversas eleições que terão lugar em diferentes pontos do globo nos próximos meses. A nossa **nova política externa e de segurança** deve ser pensada tendo como ponto de partida esta realidade nua e crua.

E começa com o trabalho com parceiros e amigos que partilham as mesmas ideias dentro e fora do G7. Neste espírito, procuraremos **reforçar as relações com o Reino Unido** em questões de interesse comum, como a energia, a segurança, a resiliência e os contactos entre as pessoas.

Trabalharei em estreita colaboração com a alta representante e vice-presidente da Comissão Europeia para garantir uma abordagem coordenada a toda a nossa ação externa.

O alargamento como imperativo geopolítico

As celebrações que assinalaram os 20 anos da maior vaga de alargamento de sempre permitiram-nos refletir sobre o êxito que esse processo constituiu para esses países e para toda a União.

A História volta a bater-nos à porta e a Europa tem uma escolha clara a fazer para o seu futuro.

Acredito que é um imperativo moral, político e geoestratégico prosseguir no sentido de completar a nossa União, em consonância com a promessa que fizemos nos nossos Tratados.

Num mundo de grandes potências, uma União maior e mais forte dá-nos mais peso geopolítico e mais influência na cena mundial. Ajuda-nos a reduzir as nossas dependências, reforça a nossa resiliência e aumenta a nossa competitividade. Dá-nos mais segurança e pode ajudar a consolidar a democracia, a estabilidade e o Estado de direito em toda a Europa.

Mas não será uma caminhada fácil.

A adesão à UE será sempre um processo baseado no mérito e cada candidato será avaliado em função dos progressos que fez no cumprimento de todos os critérios.

Intensificaremos o apoio à preparação dos países candidatos, nomeadamente utilizando o investimento e as reformas do plano de crescimento para os Balcãs Ocidentais e do Mecanismo para a Ucrânia. Estas ações contribuirão para integrar esses países em partes do acervo da UE e do mercado único e para os familiarizar com a abordagem dos fundos da UE.

O Estado de direito e os valores fundamentais continuarão a ser as pedras angulares da política de alargamento da UE e constituirão as fundações onde assentará a nossa União reformada e alargada no futuro.

Nomearei um comissário responsável pelo alargamento para dirigir todo este trabalho.

Muitos duvidaram que a UE tivesse capacidade para integrar um grande número de Estados-Membros em 2004 — todos eles com diferentes pontos fortes, diferentes estruturas económicas e populações com tamanhos diferentes. Mas a UE venceu o

desafio, preparando-se a nível interno e apostando numa rápida integração.

A Europa vai conseguir vencer este desafio novamente.

Uma abordagem mais estratégica da nossa vizinhança

Esta abordagem mais focada no alargamento deve também incluir uma abordagem mais focada na nossa vizinhança alargada, especialmente do Mediterrâneo.

Nomearei um **comissário para o Mediterrâneo**, que centrará a sua ação no investimento e nas parcerias, na estabilidade económica, na criação de emprego, na energia, na segurança, na migração e noutros domínios de interesse mútuo, respeitando os nossos valores e princípios. Este comissário irá trabalhar em estreita colaboração com a alta representante e vice-presidente.

O **novo pacto para o Mediterrâneo** irá reformular esta relação essencial e dar um sinal político claro de parceria num mundo cada vez mais marcado por disputas e pela instabilidade.

Mais além, **a Europa deve também desempenhar um papel ativo no Médio Oriente**, no interesse de todas as partes e para a estabilidade da região.

Temos de continuar a participar em todos os esforços diplomáticos para garantir uma **resolução justa e abrangente do conflito em Gaza**.

Temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para travar a trágica perda de vidas humanas. Isto implica trabalhar no sentido de um cessar-fogo imediato em Gaza, da libertação de todos os reféns e de um aumento significativo e sustentado do fluxo de ajuda humanitária para Gaza.

Precisamos de um cessar-fogo duradouro e de uma visão a mais longo prazo. Com base

nas reformas acordadas, trabalharemos num pacote plurianual para apoiar uma Autoridade Palestiniana eficaz e ajudar a abrir caminho para uma solução assente na coexistência de dois Estados. A solução assente na coexistência de dois Estados é a melhor forma de garantir a segurança tanto dos israelitas como dos palestinianos.

Tudo isto fará parte de uma **estratégia global UE-Médio Oriente mais vasta**, tendo em vista «o dia seguinte» ao fim da guerra em Gaza. Esta estratégia deve centrar-se na promoção da solução assente na coexistência de dois Estados e no reforço das parcerias com as principais partes interessadas regionais.

Uma nova política económica externa

No mundo de hoje, a geopolítica e a geoeconomia são indissociáveis. A política externa e a política económica da Europa também o devem ser.

O poder comercial e a abertura económica da Europa são essenciais para a nossa prosperidade — abrindo novos mercados para as nossas empresas, oferecendo uma seleção mais vasta de bens sustentáveis aos consumidores e proporcionando novos investimentos nas nossas indústrias.

Este aspeto é extremamente importante num mundo moldado pela luta por uma vantagem tecnológica, pela instrumentalização das dependências económicas e por uma linha cada vez mais ténue a separar a economia e a segurança. Temos de ser lúcidos em relação a estes riscos.

Precisamos de uma nova política económica externa capaz de responder às realidades atuais.

Os três elementos centrais serão a segurança económica, o comércio e o investimento em parcerias.

Em primeiro lugar, a Comissão dará prioridade à promoção da **segurança económica e da política económica da Europa**.

Isto significa reforçar a nossa competitividade interna e investir na capacidade de investigação nas tecnologias estratégicas e de dupla utilização que são essenciais para a nossa economia e segurança.

Ao mesmo tempo, temos de ser **mais assertivos na proteção da nossa economia** contra as fugas de tecnologias fundamentais e os problemas de segurança. Este aspeto é particularmente crítico quando tratamos com concorrentes estratégicos e rivais sistémicos.

Basear-nos-emos numa avaliação lúcida dos riscos e no nosso princípio de «**redução dos riscos, não distanciamento**».

Concluiremos a revisão do regime de análise do investimento direto estrangeiro, desenvolveremos uma verdadeira abordagem coordenada dos controlos das exportações e trataremos dos riscos dos investimentos no estrangeiro. Desenvolveremos normas de segurança económica para as principais cadeias de abastecimento com o nosso G7 e outros parceiros que partilhem as nossas ideias.

O segundo pilar da nossa política económica externa é o comércio.

Continuaremos a aprofundar as nossas relações comerciais livres e justas com os centros de crescimento e os nossos parceiros em todo o mundo, assegurando a reciprocidade e condições de concorrência equitativas.

A fim de assegurar o acesso ao que precisamos para construir cadeias de abastecimento diversificadas e resilientes, desenvolveremos também uma nova gama de parcerias de comércio e investimento limpos e aprofundaremos as nossas relações no

domínio dos **minerais e matérias-primas críticos**.

Para este efeito, temos de manter e melhorar o comércio baseado em regras, nomeadamente através de uma **Organização Mundial do Comércio reformada e reforçada**.

Ao mesmo tempo, seremos mais ambiciosos na imposição do cumprimento dos nossos acordos comerciais e utilizaremos todos os nossos **instrumentos de defesa comercial** sempre que for necessário.

A terceira vertente da nossa política económica externa são as parcerias e o investimento conjunto nos nossos interesses e nos nossos parceiros através da estratégia Global Gateway, a nossa iniciativa para investir em projetos de infraestruturas em todo o mundo.

Elevaremos a estratégia Global Gateway para um novo patamar, propondo uma oferta integrada aos nossos parceiros, incluindo no pacote investimento em infraestruturas, comércio e apoio macroeconómico.

Fá-lo-emos no âmbito de uma abordagem da Equipa Europa que mobilize os Estados-Membros, os bancos públicos de desenvolvimento e as instituições para o financiamento do desenvolvimento, o Banco Europeu de Investimento, o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, as agências de crédito à exportação e o setor privado.

É assim que queremos **criar parcerias de longo prazo e mutuamente benéficas**, investindo num futuro comum e comprometendo-nos com o longo prazo.

Isto também implica trabalhar em domínios de interesse mútuo com os países e as economias do Indo-Pacífico, da África, da América Latina e das Caraíbas.

O Indo-Pacífico tornou-se uma região decisiva para o futuro do mundo. Com base na nossa estratégia atual, aprofundaremos a nossa colaboração com os nossos parceiros na região. Proporemos uma nova **agenda estratégica UE-Índia** e reforçaremos a nossa cooperação com a ASEAN.

Do mesmo modo, trabalharemos com o Japão, a Coreia, a Nova Zelândia e a Austrália, com os quais enfrentamos desafios comuns no ciberespaço, no espaço e no aprovisionamento seguro de minerais e tecnologias essenciais. Esse trabalho inclui os nossos esforços coletivos no sentido de mobilizar toda a nossa influência combinada para dissuadir a China de alterar unilateralmente o *status quo* por meios militares, em especial em relação a Taiwan.

Precisamos de um **novo ímpeto à nossa parceria mútua com a África** na perspetiva da próxima Cimeira UE-União Africana, em 2025. Através da estratégia Global Gateway, impulsionaremos investimentos em corredores de transporte, portos, produção de energia a partir de fontes renováveis, produção de hidrogénio verde e cadeias de valor de matérias-primas.

Trabalharemos em conjunto para dar resposta às preocupações de África, desde a reforma das instituições internacionais até ao impacto das alterações climáticas, da demografia e das migrações nos nossos continentes.

Aprofundaremos a cooperação entre a UE e a **América Latina e as Caraíbas** através de investimento no quadro da estratégia Global Gateway e cooperando nos domínios de interesse comum, desde a segurança até à energia.

Transformar o multilateralismo para o mundo de hoje

A Europa defenderá sempre a ordem internacional assente em regras na qual as leis e as normas prevalecem sobre o poder e o conflito. É esta a base da nossa União e será esta a base do nosso futuro.

Todavia, temos também de reconhecer as preocupações legítimas dos parceiros do resto do mundo que consideram que o atual sistema nem foi concebido por eles nem funciona para eles.

Gostaria que a **Europa desempenhasse um papel de liderança na reforma do sistema internacional.**

O início será já na próxima **Cimeira do Futuro organizada pela ONU**: trabalhar no sentido de uma representação mais equitativa para todas as regiões e tratar das questões

relacionadas com o desenvolvimento e a dívida.

Devemos aproveitar esta oportunidade para adaptar o nosso sistema internacional ao mundo de hoje, em especial no que diz respeito às questões digitais para as quais são necessárias salvaguardas robustas e uma nova forma de governação.

Temos também de ouvir e responder melhor às preocupações dos nossos parceiros afetados pela legislação europeia, em especial as questões relacionadas com o Pacto Ecológico Europeu.

Precisamos de uma abordagem mais sistemática na avaliação do impacto da nossa legislação nos países terceiros e precisamos de prestar um apoio mais direcionado para os ajudar a adaptarem-se a essa legislação e a dela beneficiarem.

Concretizar objetivos em colaboração e preparar a nossa União para o futuro

Nos últimos cinco anos, a Europa definiu um ambicioso programa de modernização. Devemos agora concentrar-nos na execução, no investimento e nas reformas para preparar o nosso futuro. Esta abordagem abrange todas as prioridades estabelecidas nas presentes orientações e exigirá um esforço de equipa a todas as instituições e aos Estados-Membros.

Um novo orçamento adequado às nossas ambições

O orçamento europeu melhora a qualidade de vida e os meios de subsistência dos cidadãos, dos agricultores, dos investigadores, das empresas e das regiões dentro e fora da Europa.

Nos últimos anos, o orçamento demonstrou uma vez mais a sua importância, desde a resposta à pandemia, à resposta à crise energética ou ao apoio à Ucrânia.

Chegámos a acordo sobre o programa SURE, para ajudar a salvar cerca de 40 milhões de postos de trabalho em toda a União, o NextGenerationEU, para investir na nossa futura economia, e o REPowerEU, para ajudar a reduzir os preços da energia e aumentar o nosso aprovisionamento após a chantagem de Putin.

E, quando necessitámos de financiamento essencial para prioridades urgentes, chegámos a acordo sobre a primeira revisão intercalar do nosso orçamento.

Tudo isto demonstra que muito pode ser feito com o orçamento europeu para obter resultados naquilo que mais importa. Devemos agora assegurar que utilizamos esta capacidade financeira da melhor forma possível nos próximos anos.

Mas também aprendemos muito com esta experiência, nomeadamente a necessidade de **simplicidade e flexibilidade, rapidez e orientação estratégica** nas nossas despesas.

No atual período orçamental, as nossas despesas a nível europeu encontram-se numa situação favorável em comparação com os nossos concorrentes, mesmo sem contabilizar as despesas nacionais. No entanto, as nossas despesas estão repartidas por demasiados programas sobrepostos, muitos dos quais financiam as mesmas coisas, mas com diferentes requisitos e dificuldades em combinar eficazmente o financiamento. Temos de centrar melhor as despesas da UE nas nossas prioridades comuns.

Precisamos de uma nova abordagem para um orçamento da UE moderno e reforçado.

Nesta perspetiva, proporei um novo orçamento de longo prazo em 2025, que será:

mais centrado no alinhamento das nossas prioridades e objetivos e orientado de forma mais flexível para onde a ação da UE é mais necessária. Quero um orçamento baseado em políticas e não um orçamento baseado em programas.

mais simples no seu modo de funcionamento, com menos programas e um plano para cada país que associe as principais reformas ao investimento, concentrando-se nas nossas prioridades comuns, incluindo a promoção da coesão económica, social e territorial.

mais impactante, nomeadamente com um fundo europeu de competitividade e uma melhor utilização do nosso orçamento para mobilizar mais financiamento nacional, privado e institucional.

O respeito pelo Estado de direito é, e será, imprescindível para os fundos da UE.

Teremos também de **reformular o nosso financiamento da ação externa**, a fim de aumentar o seu impacto, de o direcionar aos nossos parceiros e de o tornar mais alinhado com os nossos interesses estratégicos.

Esta ambição exige **receitas reforçadas e modernizadas para o orçamento da UE**. Serão necessários novos recursos próprios para assegurar um financiamento suficiente e sustentável para as nossas prioridades comuns.

Um programa de reformas ambicioso para a Europa

Embora as reformas já antes fossem necessárias, com o alargamento tornaram-se indispensáveis.

Acredito que precisamos de um **programa de reformas ambicioso** para assegurar o bom funcionamento de uma União mais vasta, garantir que estamos preparados para enfrentar os nossos desafios geopolíticos e melhorar a legitimidade democrática, nomeadamente através da participação dos cidadãos. Este processo inclui continuar a dar seguimento às conclusões retiradas da Conferência sobre o Futuro da Europa.

Acredito que é necessário alterar os tratados nos aspetos em que as alterações possam melhorar a nossa União.

Devemos igualmente utilizar o alargamento como um catalisador para o progresso na nossa capacidade de ação, nas nossas políticas e nos nossos programas de despesas.

Tanto a UE como os futuros Estados-Membros devem estar prontos no momento da adesão. Devemos abordar ambos os domínios em paralelo. A UE terá de proceder ao alargamento ao mesmo tempo que se vai aprofundando.

Nos primeiros 100 dias, apresentaremos as nossas **revisões das políticas antes do alargamento** centradas em setores

específicos como o Estado de direito, o mercado único, a segurança alimentar, a defesa e a segurança, o clima e a energia e a migração, bem como a convergência social, económica e territorial de um modo mais geral.

Apresentaremos propostas para **melhorar a capacidade de ação da Europa**, tendo em conta novos formatos e processos de tomada de decisão, nomeadamente para uma União mais vasta.

Ao fazê-lo, concentrar-nos-emos no que já pode ser feito e nos domínios que estão a gerar um amplo consenso.

Concretizar objetivos em colaboração com o Parlamento Europeu

Em 2019, estabeleci como prioridade o reforço da parceria entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu.

Comprometi-me a conferir ao Parlamento um papel de maior relevo na apresentação e elaboração de legislação. Cumprimos esse compromisso, respondendo às resoluções do Parlamento adotadas nos termos do artigo 225.º com propostas legislativas no pleno respeito dos princípios da proporcionalidade, da subsidiariedade e de legislar melhor.

Continuo a apoiar este direito de iniciativa.

Reforçaremos a nossa cooperação no âmbito do artigo 225.º, solicitando aos comissários que participem em diálogos estruturados com as comissões parlamentares sobre estas resoluções.

Ao mesmo tempo, há muitos domínios em que podemos melhorar a forma como as nossas instituições trabalham em conjunto.

É por esta razão que quero trabalhar com o Parlamento Europeu para **rever rapidamente o nosso acordo-quadro**. Esta revisão contribuirá para reforçar a nossa responsabilidade política conjunta, intensificar o nosso diálogo, aumentar o

fluxo de informações e assegurar uma maior transparência.

Muitas das crises que enfrentámos durante o último mandato exigiram respostas excepcionais, nomeadamente mediante o recurso ao artigo 122.º do TFUE.

Ouvi os pontos de vista do Parlamento na matéria e certificar-me-ei de que este instrumento só seja utilizado em circunstâncias excepcionais. Quando o instrumento for utilizado, certificar-me-ei de que **a Comissão justifica plenamente a utilização do artigo 122.º** ao Parlamento.

Por último, quero **intensificar o nosso diálogo** e assegurar que os comissários estarão mais presentes nas respetivas comissões.

O colégio estará disponível para responder a quaisquer pedidos do Parlamento Europeu para debater em sessão plenária no formato mais adequado.

[REDACTED]

